

Juiz de Fora, 22 de fevereiro de 2024.

À

**COMISSÃO INTERNA DE CHAMAMENTO PÚBLICO DA SECRETARIA DE
SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS – SES/GO**

Ref.: Chamamento Público nº 04/2023 – SES/GO HERSO

HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS - Organização Social de Saúde “HMTJ”, inscrito no CNPJ sob o número 21.583.042/0001-72, com sede na Rua Dr. Dirceu de Andrade, 33, Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais/MG, por intermédio de seus representantes legais, o **Diretor Presidente, Dr. Marco Antônio Guimarães de Almeida**, brasileiro, casado, Contador e Advogado, portador da Carteira de Identidade M3040499 expedida pelo SSP MG e CPF 485.399.966-34 e o **Diretor Financeiro, Dr. Benedito Zulmiro Ladeira Jendiroba**, brasileiro, divorciado, Contador, portador da carteira de identidade MG- 6649396 SSP MG, inscrito no CPF sob o nº 261.429.297-49, ambos com endereço profissional na Rua Dr. Dirceu de Andrade, 33, São Mateus, Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais/MG, vem apresentar suas

CONTRARRAZÕES

ao recurso apresentado por **INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - IPGSE**, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

Inicialmente, cumpre esclarecer que o instituto jurídico das contrarrazões é consubstanciado pela resposta ofertada pela parte contrária àquela que interpôs recurso e tem por objetivo combater as alegações aduzidas pela outra parte, sendo certo que, caso entenda necessário, a Administração poderá solicitar diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo.



Este documento foi assinado eletronicamente por Benedito Zulmiro Ladeira Jendiroba, Marco Antonio Guimaraes De Almeida e Carla Machado Dos Santos. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0037-CC79-B526-7D2B.

Enfatiza-se que o certame ocorreu respeitando todas as legalidades necessárias para concretizar o processo licitatório e no resultado, o "HMTJ" foi habilitado e classificado com pontuação máxima, cumprindo todas exigências editalícias, o que suscitou INJUSTA IRRESIGNAÇÃO DO **IPGSE**, que interpôs recurso administrativo fazendo apontamentos INFUNDADOS e INOPORTUNOS para tentar afastar a correta decisão que declarou esta entidade habilitada no certame.

A IPGSE, em suas razões de recurso, sugere "descrédito" à análise da dought e preparada comissão e, mais do que isso, acusa a comissão de beneficiar o HMTJ quando pontua que "Com efeito, além de acabar por beneficiar não dolosamente, espera-se" e "a Comissão foi bem parcimoniosa para com o RECORRIDO". Tal absurdo é veementemente repudiado pelo HMTJ.

Entretanto, conforme será demonstrado, o recurso administrativo não merece provimento em nenhum aspecto, justamente por trazer motivações protelatórias e desarrazoadas.

Merece destaque data venia, a forma confusa das razões do recurso apresentado. Nas folhas 7 e seguintes a IPGSE se insurge a destempo, contra pontuação constante do plano de trabalho. Ora, não cabe na etapa atual do certame qualquer irresignação em relação a **fatos** decididos em etapas anteriores e enfrentados via recurso e já julgados e transitados em julgado.

Logo, intempestiva a irresignação do IPGSE em relação a pontuação de experiência dentre outras.

DAS RAZÕES ALEGADAS:

O presente instrumento pretende ser sucinto e conciso em todos os pontos, sendo certo que Administração e Proponentes devem observar rigorosamente as regras e condições previamente estabelecidas no edital.

Isto posto, é mister apontar que a respeitável Comissão decidiu sabiamente e de acordo com as exigências do edital, de maneira que os argumentos trazidos nas razões recursais não merecem prosperar.

I – COMPROVANTE DE ENDEREÇO

A Recorrente alega que a Comissão aceitou comprovante de endereço do ano de 2017 em dissonância com a Lei Federal nº 6.629, de 16 de abril de 1979, bem assim que o DETRAN/GO impõe limite temporal para aceitação de comprovantes de endereço, conforme Portaria nº 122/2015/GP/GPJUR.

Ora, em momento algum o edital previu temporalidade na apresentação do comprovante de residência dos membros do conselho, de forma que não cabe a Recorrente exigir que a comissão cobre apresentação de documentos em forma não prevista no edital.

Os comprovantes de residência anexados nas páginas 60,61 e 64 serviram para atendimento ao item 9.1.4 que assim reza:

9.1.4. Relação nominal de todos os dirigentes da entidade, devidamente acompanhada de cópia autenticada do CPF, RG e comprovante de endereço dos mesmos.

Em momento algum o edital exige a apresentação de comprovante de residência dos dirigentes dos últimos meses. Logo, totalmente improcedente a assertiva lançada pela Recorrente IPGSE.

O Princípio de Vinculação ao edital submete tanto a Administração quanto os licitantes aos termos do que é expressamente permitido e exigido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação a ser apresentada.

Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, elas se tornam obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o Órgão ou entidade licitadora.

Neste sentido, ensinou Hely Lopes Meirelles:

“A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. **Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes**, inclusive para o órgão ou entidade licitadora.” (in Licitação e contrato administrativo, 14º ed. 2007, p. 39).

A respeito da previsão da aplicação da vinculação ao edital, o qual norteia todo o procedimento licitatório, entende o STJ:

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EDITAL COMO INSTRUMENTO VINCULATÓRIO DAS PARTES. ALTERAÇÃO COM DESCUMPRIMENTO DA LEI. SEGURANÇA CONCEDIDA. **É entendimento correntio na doutrina, como na jurisprudência, que o "edital", no procedimento licitatório, constitui lei entre as partes e instrumento de validade dos atos praticados no curso da licitação.** (STJ - MS: 5597 DF 1998/0002044-6, Relator: Ministro DEMÓCRITO REINALDO,

Data de Julgamento: 13/05/1998, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJ 01.06.1998 p. 25 LEXSTJ vol. 110 p. 60) [grifos nossos].

De igual forma, totalmente impertinente e sem qualquer fundamentação jurídica a assertiva de que foi infringida a Lei Federal nº 6.629, de 16 de abril de 1979, e que o DETRAN impõe limite temporal para aceitação de comprovantes de endereço, conforme Portaria nº 122/2015/GP/GPJUR.

Ora, tais regramentos não guardam qualquer relação com o presente certame, logo, a sua invocação pela Recorrente não possui a indispensável pertinência objetiva, *data venia*.

Dessa forma, improcedentes as razões apresentadas pelo IPGSE e correta a decisão da comissão que decidiu por correta a documentação apresentada pelo HMTJ e que a inabilitação exclusivamente por este fato revela-se excessivo formalismo quanto a um comprovante de endereço.

De mais a mais, e nos termos do que foi observado pela própria Comissão, a pretensão do Recorrente, de desclassificar o Recorrido em virtude da data de emissão de um comprovante de residência de um dos componentes do seu órgão de administração, beira as raíais da má-fé, *data venia*, já que, sobre inexistir exigência editalícia ou lei que restrinja a validade do documento em virtude do tempo de sua emissão, vale notar que, se vício houvesse (e não há, como já dito), tratar-se-ia de vício claramente sanável, incapaz de macular a licitação e os objetivos de economicidade que se encontram em sua base, como parece curial.

II – DIRETOR

Afirma a Recorrente **que** a eleição do diretor administrativo não deveria ser aceita, o que não reflete a realidade.

Conforme bem pontuado pela Comissão, o edital exige a apresentação da ata de eleição da diretoria, o que foi cumprido pelo HMTJ.

Logo, improcedentes as razões apresentadas pelo IPGSE e correta a decisão da comissão.

III – CPF DO CONSELHEIRO MARCIO GOMIDE PINTO – PÁG 93

O comprovante do CPF do Dr. Marcio Gomide Pinto, anexado na pág. 93, serviu para atendimento ao item 9.1.4, do edital, que assim reza:

9.1.4. Relação nominal de todos os dirigentes da entidade, devidamente acompanhada de cópia autenticada do CPF, RG e comprovante de endereço dos mesmos.

Em momento algum o edital exige que deveria ser anexado o documento do CPF sem pendências de regularização. O documento de inscrição no CPF do Dr. Marcio Gomide foi regularmente emitido pela Receita Federal do Brasil e comprova sua regular inscrição.

Logo, totalmente improcedente a assertiva lançada pela Recorrente IPGSE.

IV – Documento de fls. 313 à 317 assinados de forma manual e sem autenticação.

Os documentos apontados correspondem à ata de reunião do Conselho de Administração da entidade e de sua Diretoria Executiva, que aprovou a minuta do contrato de gestão, conforme exigido em edital.

Sobre esse tema, caso parem dúvidas em relação ao documento, a Comissão, autorizada pelo item 7.1.3, do edital, poderá abrir diligência e requisitar, a qualquer tempo, a via original dos documentos exigidos:



7.1.3. A Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde poderá requisitar, a qualquer tempo, a via original dos documentos exigidos neste Edital.

7.1.4. É facultada à Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde, em qualquer fase do Chamamento Público, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior do documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

É de se notar, ainda, e porquanto relevante, que a Lei n. 13.726/2018, invocada pela Recorrente, diz o contrário do que ela supõe, e, antes de socorrê-la, põe pá de cal sobre a sua descabida pretensão.

Com efeito, lê-se no art. 3º, *caput* e inciso II, respectivos, que a autenticação – de cuja ausência se ressente a Recorrente –, é dispensada (e não exigida), ao contrário do que equivocadamente alegada a Recorrente.

O recurso, ao que se percebe, não merece prosperar também quanto ao ponto.

V - Balanço patrimonial

Afirma a Recorrente, ainda, que existiria diferença quanto ao saldo inicial constante do balanço patrimonial apresentado para habilitação e do balanço digital.

Está a ocorrer, contudo, e como notou a r. Comissão, que, com o objetivo de simplificar a apresentação dos dados, os valores sofreram arredondamento com a supressão de casas decimais (centavos), não havendo qualquer ilegalidade em tal prática, que é plenamente autorizada pelas normas contábeis.

Sublinha-se que o resultado dos indicadores financeiros extraídos do balanço (inclusive com os centavos) e calculados de acordo com a fórmula apresentada no **edital**,

revelam a boa situação econômico-financeira do HMTJ, não tendo o arredondamento qualquer impacto no resultado.

Logo, improcedentes as razões apresentadas pelo IPGSE e correta a decisão da comissão.

Conclusão

Necessário registrar que a respeitável Comissão decidiu corretamente, de maneira que os argumentos trazidos nas razões recursais não podem prosperar.

Diante de todo o exposto, requer SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO ORA IMPUGNADO, mantendo-se o ato da Comissão que habilitou o HMTJ, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação.

**Termos em que,
Pede deferimento.**

Carla Machado dos Santos – OAB/RJ 80.192
Coordenadora Departamento Jurídico "HMTJ"

Marco Antônio Guimaraes de Almeida
Diretor Presidente "HMTJ"
Identidade M3040499 SSP MG
CPF 485.399.966-34

Benedito Zulmiro Ladeira Jendiroba
Diretor Financeiro "HMTJ"
Identidade MG- 6649396 SSP MG
CPF 261.429.297-49



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal Vertsign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0037-CC79-B526-7D2B> ou vá até o site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0037-CC79-B526-7D2B



Hash do Documento

EE21539C72CC83ED9FD42651B54482BDCA5A211E426A65D7B4E2EEB7FA039DD9

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/02/2024 é(são) :

☒ Benedito Zulmiro Ladeira Jendiroba - ***.429.297-** em 22/02/2024 16:32 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: JENDIROBA@HMTJ.ORG.BR

Evidências

Client Timestamp Thu Feb 22 2024 16:32:36 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -23.262787304568644 Longitude: -45.96277213338076 Accuracy: 50

IP 177.26.245.55

Assinatura:



Hash Evidências:

649435F3F946CECE0D605EB914817E02FA7317E5001D6ECED284C56F04F4AAF8

☒ Marco Antonio Guimaraes De Almeida - ***.399.966-** em 22/02/2024 15:55 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: MARCOANTONIO@HMTJ.ORG.BR

Evidências

Client Timestamp Thu Feb 22 2024 15:56:03 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -21.7781847 Longitude: -43.3593591 Accuracy: 30.99839973449707

IP 152.255.98.178

Assinatura:



Hash Evidências:

4912BEFECEDB57FB5A8E01BEFE02417387160DC7ACED61CF51FB88E13D02FBD5

☒ Carla Machado Dos Santos - ***.420.807-** em 22/02/2024 15:27 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: carlamachado@hmtj.org.br

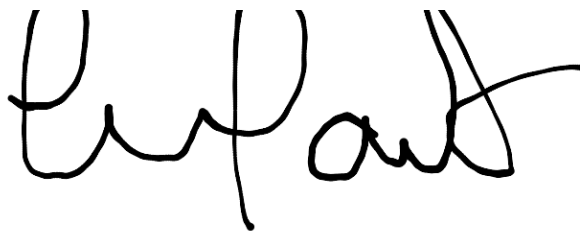
Evidências

Client Timestamp Thu Feb 22 2024 15:27:37 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -21.778550806622388 Longitude: -43.33875500038348 Accuracy: 24.37148501831398

IP 181.213.113.25

Assinatura:



Hash Evidências:

91AAD14C01EA2F215BF23C3EF442A302D9A4C21324DD9A9921655FA26C2CCDB1

